

## LICENÇA LIVRE E EXPLORAÇÃO COMERCIAL

Aline Rodrigues, Ígor de Paula e Priscilla Alves.

### Resumo

O artigo tem por escopo analisar os fatores que favorecem o crescente fenômeno de autores publicando com licença livre na Internet, e como esta nova modalidade afeta a concepção de proteção de direitos autorais, discutindo os direitos de uso, distribuição e exploração comercial.

Palavras-chave: informação livre, cultura livre, direitos autorais.

### 1 INTRODUÇÃO

Atualmente a internet tem figurado como ferramenta indispensável para as atividades cotidianas da população. Através dela podem ser feitas pesquisas educacionais, transações bancárias, transações comerciais, etc. Além disso, também tem sido meio de divulgação de vários tipos de trabalhos, artísticos e intelectuais, e permite que pessoas de diversas localizações diferentes se interliguem simultaneamente. Tais dimensões e alcances a tornam um meio de comunicação superior até mesmo ao da imprensa, já que, com o desenvolvimento tecnológico, tornou-se mais fácil e barato seu acesso. Aparelhos eletrônicos como celulares, tablets e notebooks, permitem que o usuário esteja sempre conectado, seja de casa, do trabalho, da escola ou de qualquer outro lugar.

De acordo com Branco (2007) *“A propriedade intelectual encontra-se tão indissolúvelmente ligada a nossas vidas que mal paramos para refletir sobre seus efeitos em nosso cotidiano. Mas é inevitável: não existe mais possibilidade de existirmos sem os bens criados intelectualmente”*.<sup>[5]</sup>

Como consequência desse avanço e acesso à internet, que permitiu que um número maior de pessoas tenha contato com produções de todo lugar do mundo em curto espaço de tempo, ocorreram mudanças na forma com que produções são feitas e distribuídas.

O número de estudantes e pesquisadores cresce com o aumento do número de universidades e centros de estudos. Isso, por consequência aumenta a produção de artigos e publicações.<sup>[1]</sup>

As disputas por abrangência da produção põem em cheque a necessidade de se cobrar pelas produções, pois ao comercializa-las atinge-se uma elite intelectual que tem condições de

pagar pela produção. A partir do momento em que deixa de cobrar pela produção, ela atinge todas as classes e permite que um maior número de pessoas tenham acesso ao trabalho/ideia desenvolvidos.<sup>[1]</sup>

Entretanto a distribuição livre trás questões relacionadas à proteção de direitos autorais e do protecionismo do autor.<sup>[1]</sup> Autores podem aplicar licença de uso não-comercial, de forma a reduzir o impacto econômico da difusão de sua obra. Entretanto, a própria determinação de cada uso em particular, quanto ao seu aspecto comercial, traz diversas dificuldades. Dificilmente um canal online não possui alguma fonte de renda, o que impediria a publicação destes materiais no canal. Isso exclui, de imediato, quase a totalidade dos veículos virtuais que não sejam financiados por entidades públicas ou por doações.<sup>[4]</sup>

O presente trabalho busca analisar e discutir as causas e efeitos sociais, econômicos ou legais, que a distribuição não-comercial de obras, em particular literatura científica, possam estar ocorrendo nos dias de hoje, ainda o início da era da informação. Pela própria velocidade de evolução e a multiplicidade de fenômenos, deve-se tomar uma discussão dialética constante, mas com consciência da dificuldade em se atingir conclusões apotídicas, além daquelas que a experiência comum possa trazer.

## **2 DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO**

Das mudanças na forma de distribuição de produções científicas surge uma vertente de autores que prezam pela produção científica sobre licença livre, ou seja, onde o autor não recebe dinheiro pelos direitos autorais, mas detêm a autoria da produção. Essa forma de distribuição visa aumentar a difusibilidade das produções, já que elas são gratuitas e não estão ligadas a comercialização de ideias.<sup>[1]</sup>

Uma das modalidades de distribuição é a *Creative Commons* que permite o compartilhamento e o uso da criatividade e do conhecimento por meio de licenças gratuitas. Esse compartilhamento pode ser mais restritivo ou permissivo e o próprio autor avalia essa permissividade ao submeter a produção para distribuição.<sup>[1]</sup>

Apesar de muitos acreditarem que por estar disponível, o conteúdo já pode ser acessado livremente, não é bem assim que acontece. A instituição da propriedade intelectual tenta assegurar que uma obra, científica, artística ou outra qualquer, possa ser publicada ou distribuída sem autorização de seu criador. Como exemplo, é possível que o próprio autor abra licença para uso e distribuição livre, desde que seja mantida a integridade da obra

original e o não uso comercial. Entretanto, são inúmeras as formas de se obter alguma fonte de renda, em diversas quantidades, pela internet, de forma que o limite entre o uso comercial e o não-comercial é impreciso.<sup>[4]</sup>

Independente das licenças autorais, a pirataria online toma proporções antes inimagináveis. A literatura em língua americana disponível, em formatos de boa qualidade, quem supostamente teria seus direitos protegidos, é imensa: há a tendência geral, antes mesmo de se pesquisar o custo de aquisição de uma obra, de pesquisar pelo formato pirata da obra. Por um lado, o conteúdo pode ser verificado antes da compra, o que talvez fomente sua compra. Por outro lado, inibe a aquisição de obras cujo conteúdo já é sabidamente de interesse.

São essas contradições que moveram muito das discussões no passado. O debate chegou à um ponto de saturação, e chegamos no presente momento: aqueles que desejam manter seus direitos autorais tentam, muitas vezes, em vão proteger sua obra. Ao longo do outro lado do espectro, autores abrem licença para uso público, confiando em outras fontes de renda além da mera permissão para reprodução. Por exemplo, cursos superiores consagrados como YALE e o MIT disponibilizam muitos cursos online, pois, para eles, o valor comercial está no certificado para os alunos presenciais. As aulas online apenas reforçam sua excelência.

### **3 CONCLUSÃO**

Pressões por parte dos usuários, e a crescente adesão de autores às licenças abertas parecem estar criando novos paradigmas na distribuição de obras científicas. Entretanto, o movimento está lento, e as propostas por maior rigor no controle da internet reduz o ímpeto social pela abertura voluntária dos direitos autorais, pelo efeito psicológico conservador em massa.

Nota-se que é necessário sabedoria na aplicação da legislação sobre a proteção de direitos autorais: qualquer um dos extremos pode levar à desobediência completa da lei, ou uma crise que pediria por um controle geral da internet.

Para tanto, é absolutamente necessário compreender o fenômeno em suas diversas modalidades, e criar as ferramentas e símbolos que descrevam no imaginário popular a liberdade de informação. Este é um trabalho de urgência, a ser realizado antes que a crise iniciada em 2012 tome forma e tamanho irreversível.

#### 4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] – CREATIVE COMMONS BRASIL. Disponível em: <<http://creativecommons.org.br/o-que-e-o-cc/>>. Acesso em: 20 maio 2013.

[2] ASSIS, Pablo de. *Direitos autorais na internet e o comportamento da nova geração: como as pessoas vêm tratando os direitos autorais e os materiais produzidos para a internet segundo a lei brasileira*. Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/internet/2301-direitos-autorais-na-internet-e-o-comportamento-da-nova-geracao.htm>>. Acesso em: 15 maio 2013.

[3] TAKAO, Tânia Yasuko Hirata. *A violação dos direitos autorais na internet: a regulamentação do meio eletrônico diante das inovações tecnológicas*. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=2870](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2870)>. Acesso em: 15 maio 2013

[4] KLIMPEL, Paul. *Free Knowledge Based on Creative Commons Licenses*. Disponível em <[http://openglam.org/files/2013/01/iRights\\_CC-NC\\_Guide\\_English.pdf](http://openglam.org/files/2013/01/iRights_CC-NC_Guide_English.pdf)> Acesso em: 20 maio 2013.

[5] BRANCO, Sergio. *A lei autoral brasileira como elemento de restrição à eficácia do direito humano à educação*. Sur. Ver. Int. de Direitos Human. Vol.4 no.6 São Paulo, 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-64452007000100007 &lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452007000100007&lang=pt)> Acesso em 30 maio 2013